

# FRAGILIDADES DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE DOCENTES DAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO

Marta Rosani Taras Vaz  
Gisele Masson

**Resumo:** Este texto tem o objetivo discutir as fragilidades do movimento sindical de professores das redes públicas municipais de ensino. Situa-se no conjunto de problematizações levantadas em uma pesquisa em andamento em um Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado), cujo objetivo é desvelar as contradições do movimento sindical docente no processo de luta pela valorização dos professores das redes públicas municipais de ensino. Essa discussão se origina a partir da análise da produção acadêmica (teses, dissertações e artigos) sobre sindicalismo docente. O mapeamento das teses e dissertações se deu por meio do Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT). A partir das discussões realizadas pelos autores, em artigos em periódicos sobre sindicalismo docente, identificamos algumas das fragilidades do sindicalismo e apresentamos outros elementos oriundos do movimento sindical dos professores do magistério público municipal.

**Palavras-chave:** Sindicalismo Docente; Produção acadêmica; Fragilidades da organização sindical.

## Introdução

O presente trabalho aborda a temática do sindicalismo docente e objetiva levantar reflexões sobre as fragilidades da organização sindical de professores das redes públicas municipais de ensino. Este estudo situa-se no conjunto de problematizações levantadas em uma pesquisa em andamento em um Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado), cujo objetivo é desvelar as contradições presentes no movimento sindical docente no processo de luta pela valorização dos professores de algumas redes públicas municipais de ensino.

As reflexões apresentadas neste texto se originam da análise da produção acadêmica (teses, dissertações e artigos) sobre sindicalismo docente, produzidas ao longo das três últimas décadas. Desse modo, realizamos o levantamento de teses e dissertações no Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT). Utilizando os seguintes descritores “Sindicalismo Docente” e “Sindicato de Professores”, encontramos ao todo 59 trabalhos, sendo 32 dissertações e 27 teses. Os trabalhos encontrados correspondem ao período de 1991 a 2017.

Em relação ao sindicalismo, Bauer e Matos (2010, p. 158) consideram que “os sindicatos ao longo da história se constituíram em um meio real de transformação da realidade dos oprimidos” e possuem a capacidade “de favorecer a união dos trabalhadores, unificando-os em torno de interesses convergentes”, diminuindo a concorrência entre os próprios trabalhadores. Compreendemos, desse modo, que “o papel dos sindicatos tem sido fundamental na defesa dos

interesses dos trabalhadores e no avanço das políticas para a área específica”. (MAUÉS, 2015, p. 260).

Contudo, é preciso ter clareza que o sindicalismo docente possui contradições, oriundas da própria natureza da sociedade capitalista e, portanto, apreender as contradições e evidenciar os avanços e limites dos sindicatos é um compromisso fundamental do pesquisador crítico. Por meio desse estudo, identificamos que há algumas fragilidades próprias ou mais evidentes no movimento sindical dos professores públicos municipais.

Na sequência do texto, apresentamos, primeiramente, uma síntese dos principais elementos analisados na revisão da produção acadêmica sobre sindicalismo docente, tendo como foco as teses e dissertações. Em um segundo momento, problematizamos as fragilidades do movimento sindical docente com o auxílio das produções acadêmicas (artigos em periódicos) sobre o tema.

### **Revisão da produção acadêmica sobre Sindicalismo Docente no Brasil: (Teses e dissertações – 1991 a 2017)**

Todo pesquisador quando inicia uma investigação deve se apropriar dos conhecimentos já produzidos sobre o tema. A revisão da produção acadêmica em teses e dissertações torna-se, desse modo, um momento fundamental da pesquisa. Nesse sentido, entre tantos objetivos que a revisão da produção acadêmica pode ter, destacamos a contribuição de Mazzotti (2002), a qual considera que “[...] tem por objetivo iluminar o caminho a ser trilhado pelo pesquisador [...]”, a qual auxilia com “(a) a contextualização do problema dentro da área de estudo; e (b) a análise do referencial teórico.” (MAZZOTTI, 2002, p. 26).

No quadro seguinte, apresentamos a relação das teses e dissertações identificadas, por meio da revisão, sobre sindicalismo docente, com os respectivos autores, anos, Instituições de Ensino Superior (IES) e Programa de Pós-Graduação (PPG):

QUADRO 1 – Teses e dissertações sobre Sindicalismo Docente no período de 1991 a 2017

<b>TESES</b>		
<b>Autor/ano</b>	<b>IES</b>	<b>PPG</b>
ALMEIDA, 1999	Universidade de São Paulo (USP)	Educação
ALMEIDA, 2015	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Educação
ASSUNÇÃO, 2017	Universidade Federal Fluminense (UFF)	História
BATISTA, 2000	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Sociologia
BIAVATTI, 2006	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	Ciências Sociais – Política

<b>TESES</b>		
<b>Autor/ano</b>	<b>IES</b>	<b>PPG</b>
BUFALO, 2009	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Educação
CARISSIMI, 2016	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Educação
COELHO, 1992	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Educação
CRUZ, 2008	Universidade de Brasília (UnB)	Sociologia
DONATONI, 1999	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Educação
GINDIN, 2011	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Sociologia
GOMES, 2001	Universidade de São Paulo (USP)	Educação
GOUVEA, 2015	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Políticas Públicas e Formação Humana
GRANZOTTO, 2010	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Educação
KAPLANAS, 1997	Universidade de São Paulo (USP)	Linguística
LEMONS, 2011	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Educação
MIGUEL, 2016	Universidade de Nove de Julho (UNINOVE)	Educação
MIRANDA, 2011	Universidade Federal Fluminense (UFF)	História
OLIVEIRA, 2006	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Educação
PAULA, 2007	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	História
PITON, 2004	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Educação
RAPOSO, 2015	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Educação
RESES, 2008	Universidade de Brasília (UnB)	Sociologia
RUIZ, 2013	Universidade Estadual Paulista (USP)	Educação
SADI, 2001	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	Educação
SILVA, 2013	Universidade de Brasília (UnB)	Sociologia
VIEIRA, 2009	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Educação

<b>DISSERTAÇÕES</b>		
<b>Autor/ano</b>	<b>IES</b>	<b>PPG</b>
ALVARENGA, 1991	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Educação
BOHN, 2015	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Educação
BRAGA, 2006	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	História
BRANCO, 2015	Universidade de São Paulo (USP)	Educação
CAPELO, 1992	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Educação
CAVALCANTE, 2012	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	História
COELHO, 2015	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Educação
CARON, 1996	Universidade de Brasília (UnB)	Educação
CORONEL, 2014	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Educação
DANTAS, 2016	Universidade de Nove de Julho (UNINOVE)	Educação
DONATO, 2016	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Educação
FANTINATI, 1998	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Sociologia
FAUST, 2015	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Educação
GINDIN, 2006	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Educação
HIDAKA, 2012	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Ciências Sociais
HIRO, 2012	Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	Educação
LANÇA, 2013	Universidade de Nove de Julho (UNINOVE)	Educação
MATOS, 2010	Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	Educação
MIRANDA, 2005	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Educação
NASCIMENTO, 2010	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	Educação
NUNES, 1998	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Educação

DISSERTAÇÕES		
Autor/ano	IES	PPG
OLIVEIRA, 2012	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	História
PAIVA, 2016	Universidade de Nove de Julho (UNINOVE)	Educação
PESSOA, 2015	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Sociologia
RAMOS, 2015	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	História Social
REIS, 2006	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	Educação
SANTOS, 2007	Universidade de Brasília (UnB)	História
SILVA, 2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	Educação
SILVA, 2013	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Educação
SOUSA, 2015	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Educação
TRINDADE, 2016	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Educação
VALDEZ, 2004	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Educação

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES e BDTD, organizado pela autora.

Observamos que, das 59 pesquisas concluídas (teses e dissertações), 67,78% foram desenvolvidas em programas de pós-graduação em Educação, 15,25% em programa de Ciências Sociais ou Sociologia, 13,55% em programa de História e outros 3,38% em programa de linguística e Políticas Públicas e Formação Humana.

Entre as instituições de ensino, na qual mais se produziram teses e dissertações sobre o Sindicalismo Docente, podemos destacar a UNICAMP, a UNINOVE, a USP, a UFF e a UNB. A quantidade de pesquisas produzidas em cada IES, tem a ver, entre outras coisas, com a formação de grupos de pesquisa e a existência de professores interessados em investigar essa temática.

Não encontramos teses e dissertações, sobre o tema, anteriores à década de 1990, podemos relacionar este fenômeno com a proibição da sindicalização dos servidores públicos que durou até a aprovação da Constituição de 1988. Desse modo, as pesquisas sobre sindicalismo docente começaram a surgir quando passa a ser permitida a sindicalização de professores de escolas públicas, final da década de 1980. Outros fenômenos que podem estar relacionados com o surgimento das pesquisas sobre sindicalismo docente a partir da década de 1990, é o processo de reestruturação produtiva, o Novo Sindicalismo e o a presença do Neoliberalismo na política brasileira.

Identificamos, também, que a produção de conhecimento sobre o tema cresceu, sobretudo a partir do ano de 2004, sendo que 2015 foi o ano que mais trabalhos foram concluídos. Entendemos que a maior parte das teses e dissertações pertencem a última década e isto pode estar relacionado à quantidade de greves e mobilizações da categoria, ao crescimento no número de entidades sindicais e é claro, também, ao crescimento da pós-graduação no país.

Dos 59 trabalhos identificados, apenas 46<sup>1</sup> foram encontrados na íntegra. A partir do detalhamento das 46 pesquisas foi possível observar, entre outras coisas, o uso das palavras-chave, objetivo, problema, metodologia, tipo de pesquisa e referencial teórico. Na sequência, apresentamos alguns elementos dessas teses e dissertações.

A partir do detalhamento dos 46 trabalhos encontrados na íntegra (20 teses e 26 dissertações), constatamos que 67 % das pesquisas não explicitam no texto qual é a problemática central de estudo e 35% dos trabalhos não deixam claro o objetivo principal da pesquisa.

Para melhor compreensão das ênfases temáticas, ou subtemas, atribuídas nas pesquisas sobre Sindicalismo Docente analisamos o uso das palavras-chave nos trabalhos. Procuramos agrupar por temáticas semelhantes, sendo assim, reunimos em temas como: Estado e governo; Política educacional; Educação; Entidades Sindicais; Subjetividade e Identidade; História; Mobilizações; Trabalho; Associativismo; e Outros. Percebemos que as teses e dissertações problematizam mais a questão do Sindicalismo Docente ligado aos temas de Estado e governo e Políticas Educacionais.

No agrupamento “Outros”, estão as diversas temáticas que foram estudadas uma única vez: Resistência Cultural; Autonomia; Autodeterminação; Diversidade; CAPES; Produção Discente; Organismos internacionais; Imprensa Sindical; Acumulação Flexível; Burocratização Sindical; Crise de Representatividade; Direitos Humanos; Classes Sociais; Luta de Classes; Ufanismo; Campo Educacional; Sociologia da Educação; Participação; Propaganda; Congressos; Classe Média; Ideologia; Relação de Interdependência; Habitus Social e Formação política.

A temática do “Associativismo” foi vinculada à 4 pesquisas que problematizam de algum modo a relação entre as associações e os sindicatos de professores, já que há diferenciações entre essas duas formas de organização. A maior parte dos estudos relacionados à “História” discutem a história da educação, e os relacionados ao “Trabalho”, discutem a questão da profissionalização e do trabalho docente. Aquelas palavras-chave vinculadas à “Educação”, referem-se à Educação Superior, escola pública e Educação infantil. Por sua vez, os termos vinculados à “Subjetividade e Identidade” estão relacionados à questão do gênero e

---

<sup>1</sup> Entre as 46 pesquisas, identificamos que 5 foram orientados por Carlos Bauer de Souza e 3 por Sadi Dal Rosso. Carlos Bauer de Souza é Doutor em História e professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e Prof. Sadi Dal Rosso é Doutor em Sociologia, professor titular Do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e um dos fundadores da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores da Educação (RedeASTE).

identidade profissional. Em relação às “Mobilizações”, temos palavras-chave vinculadas à Greve, Lutas Populares, Insurreição Popular, Reinvidicações, Organização e Conflitos.

Dentre as temáticas de “Estado e Governo” temos os seguintes descritores: Reforma de Estado; Agenda Política; Poder; Democracia; Ditadura; Neoliberalismo; Formação Política. Por sua vez, as temáticas relacionadas à “Política Educacional”, dão ênfase à Reforma Universitária e de Ensino, Formação de Professores, Financiamento, Gestão democrática e Carreira Docente.

Procuramos identificar, também, nas teses e dissertações o contexto analisado, a metodologia e os tipos de pesquisa e as fontes e instrumentos para coleta de dados. Percebemos que poucas realmente descrevem a metodologia utilizada e em relação aos tipos de pesquisa, das 20 teses, apenas 3 não são de campo e 1 não é documental, outras 17 são pesquisas bibliográficas, documental e de campo, utilizando várias fontes para coleta de dados documentais e instrumentos como entrevistas, questionários e observação, prevalecendo o uso do primeiro.

Por sua vez, das 26 dissertações apenas 1 não deixa claro o tipo de pesquisa, fontes e instrumentos, outras 19 são pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, 2 são apenas bibliográficas e de campo, 3 são bibliográficas e documentais e apenas 1 é bibliográfica. O uso das fontes e instrumentos também é variado entre as dissertações.

Em relação aos contextos estudados, de modo geral, nas teses e dissertações, foi possível identificar que as pesquisas procuraram problematizar diversos contextos diferentes relativos ao movimento sindical docente, seja em relação às entidades sindicais, aos governos, aos estados ou aos diferentes períodos históricos.

Com exceção de Coronel (2014), que discutiu as produções acadêmicas sobre Sindicalismo Docente, todos os outros 45 trabalhos se referiram à algum contexto específico. Percebemos que, das teses analisadas, nenhuma aborda contextos internacionais, diferentemente das dissertações. De modo geral, a maioria das pesquisas está voltada aos contextos estaduais, portanto, há uma insuficiência de estudos sobre Sindicalismo Docente nos contextos municipais, nacionais e internacional.

Em relação ao referencial teórico adotado, 68,7% dos trabalhos não se posicionam numa determinada perspectiva, 6,52% utilizam o Neomarxismo (BATISTA, 2010), as Representações Sociais e a História Cultural (SANTOS, 2007) e a História Nova (TRINDADE, 2016) como referenciais teóricos. Outros 34,78 % dos trabalhos se fundamentaram na concepção teórica marxista, 16 indicaram o Materialismo Histórico Dialético (BOHN, 2015; DANTAS, 2016; FAUST, 2015; HIRO, 2012; MIRANDA, 2005; CRUZ, 2008; VIEIRA, 2009; HIDAKA, 2012; LANÇA, 2013; MIGUEL, 2006; PAIVA, 2016; COELHO, 2015;

FANTINATI, 1998; SILVA, 2013; ASSUNÇÃO, 2017; MIRANDA, 201), como método e teoria. Apesar de 63% dos trabalhos não citarem o referencial teórico adotado, percebe-se o uso de diversos autores e, também, referências do pós-estruturalismo.

Compreendemos que este estudo não esgotou toda a riqueza das produções sobre o assunto, nem aprofundou o debate entre os autores. Nosso intuito foi muito mais tímido, no sentido de tecer um panorama geral do que foi produzido e organizar alguns elementos essenciais da pesquisa, ou aquilo que elas têm em comum.

Consideremos que é preciso avançar com esta revisão da produção acadêmica, aprofundando a análise, por meio da leitura na íntegra dos trabalhos e fomentando a discussão entre os autores. Para tanto, acreditamos que o desenvolvimento de novas investigações, inclusive a que pretendemos concluir em nível de doutorado, darão conta do diálogo entre os achados aqui apresentados.

Apreendemos, sobretudo, que há um conjunto de contribuições entre as pesquisas sobre sindicalismo docente, que devem ser divulgadas, estudadas e incorporadas na atuação do movimento sindical docente.

### **Fragilidades do sindicalismo docente do magistério público municipal**

Com base na leitura e estudo de artigos, publicados em periódicos e identificados na revisão da produção acadêmica, podemos identificar algumas fragilidades do movimento sindical docente e apontar para elementos específicos do sindicalismo docente do magistério público municipal.

De acordo com Bauer e Matos (2010) o sindicalismo continua sendo um importante instrumento de luta para a classe trabalhadora, mas apesar disso, os sindicatos atualmente são vistos como instituições fracassadas, já que “[...] muitos militantes mudaram de lado e hoje comungam junto com a burguesia dos princípios neoliberais” (BAUER; MATOS, 2010, p. 155). É possível considerar esta distorção de princípios como uma das principais contradições do sindicalismo, visto que, enquanto uma instituição oriunda da classe trabalhadora, deveria se vincular somente aos interesses dela. Tal contradição, resulta evidentemente na fragilização do movimento sindical.

Com base na concepção de que “o sindicato exerce, portanto, o papel de unificador e formador das classes oprimidas” (BAUER; MATOS, 2010, p. 159), o movimento sindical deve buscar a unidade de classe, bem como a formação dos trabalhadores, uma vez que é no processo

de luta e no engajamento político que os trabalhadores desenvolvem melhor sua consciência. (BAUER; MATOS, 2010).

De acordo com Bauer e Matos (2010) os interesses meramente corporativos, embora importantes, não são capazes de mobilizar grandes contingentes da classe trabalhadora, por isso, é necessário reivindicar o caráter pedagógico do sindicalismo.

O exercício dessa tarefa pelo sindicalismo docente é extremamente difícil nesta etapa histórica de predomínio dos valores ideológicos da burguesia e notadamente pelo fato dos sindicatos estarem tomados pelos setores conciliadores e pelegos e até mesmo reacionários que atuam no interior do movimento sindical. (BAUER; MATOS, 2010, p. 162).

Para Bauer e Matos (2010, p. 162), as diversas formas de movimentos sociais, “[...] poderão romper com esse apego ao corporativismo e ao controle burocrático e autoritário das estruturas sindicais [...]” contribuindo para a formação da consciência de classe revolucionária.

Diante disso, é possível considerar que os interesses corporativos dificultam a efetivação de uma prática sindical voltada aos interesses dos trabalhadores enquanto classe, muito embora seja necessário definir o sentido pedagógico que carece a atuação sindical, já que a ampliação da pauta sindical pode também significar um esvaziamento de sentido.

De acordo com Souza, Ricarte e Martins (2015, p. 373), é ausente um “programa contra o imperialismo e o capitalismo de uma forma mais articulada”, da mesma forma que os sindicatos não vinculam suas lutas, na maioria corporativas, com os interesses gerais da população. Nesse sentido, a desvalorização profissional é um indicador de que o sindicato se atrela ao Estado e aos partidos políticos, como um “trampolim eleitoral”.

A respeito da ausência de uma consciência de classe, Rosso, Cruz e Rêses (2011) contribuem para pensar que, o amadurecimento tardio de sindicatos de professores em relação ao modelo operário se deve ao fato de que a categoria de professores, devido a sua constituição histórica brasileira, resiste com a identidade de missão e vocação. Dessa maneira, “se os professores hoje resistem a serem considerados funcionários públicos, a distância é grande quando devem assumir a ideia de serem Trabalhadores em Educação”. (ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011, p. 123-124).

Dentro outros aspectos identificados nos artigos acadêmicos, destacamos ainda a contribuição de Ferreira (2004), quando analisa a relação de gênero e sindicalismo. Segundo a autora, de modo geral, os sindicatos de professores são formados por uma base, predominantemente, feminina. Mas, infelizmente, há uma sub-representação feminina nos diversos espaços públicos e de disputa de poder, inclusive no sindicato. Segundo Ferreira

(2004) há uma relação entre a feminização do magistério e a baixa remuneração, pois quanto maior o nível de ensino, maior os salários e maior é a presença masculina.

O artigo de Gentili et al (2004) nos auxilia para pensar a relação entre educação e capitalismo, mediados pelos conflitos sociais, dentre eles o educativo. Para o autor, este último é inerente da sociedade capitalista e, desse modo, são reflexo das relações entre capital e trabalho que estão presentes também nas esferas públicas, por serem relações tipicamente capitalistas.

A partir do estudo da América Latina, os autores chegaram a considerar que a maior parte dos conflitos foram protagonizados por sindicatos de bases e teve como antagonista os governos, mostrando que há uma ausência de luta docente na esfera privada. Para Gentili et al (2004, p. 1262-1263).

Por un lado, los sindicatos docentes del sector privado suelen ser, en algunos países, menos organizados y combativos que los del sector público. En algunos casos, inclusive, no hay siquiera representación gremial en las organizaciones de trabajadores del magisterio que actúan en la enseñanza privada. Por otro lado, cuando esas organizaciones son más activas y orgánicas, ellas actúan en las federaciones o confederaciones docentes que tienen como sector hegemónico a las entidades del sector público. Asimismo, algunos conflictos en el sector privado suelen ser muy focalizados y circunscriptos a una institución o red de instituciones. [...] Finalmente, en la medida en que las remuneraciones docentes y los sistemas de carrera magisterial son, también de manera general, regulados por los gobiernos centrales, buena parte de las demandas de docentes del sector privado son dirigidas contra los ministerios de Educación o, en algunos casos, contra las secretarías provinciales o estatales. (GENTILI et al; 2004, p. 1262-1263).

Nesse sentido, além da pouca organização dos setores privados, quando existem, as demandas dos professores são direcionadas aos governos centrais e pouco dirigida ao patronado.

Nas discussões apresentadas por Gouveia e Ferraz (2011), podemos destacar que, nos últimos anos, os sindicatos de professores ampliaram as suas pautas para a questão do orçamento público, da gestão e da fiscalização do financiamento da educação. Para os autores, duas características estão sendo reafirmadas com o movimento sindical público docente: a municipalização dos sindicatos (principalmente após a política de municipalização do financiamento da educação) e o fortalecimento e legitimação do dirigente sindical, substituindo o velho dirigente político pelo dirigente técnico (conhecedor do financiamento da educação). De modo geral, os autores apontam para um cenário democrático e de renovação do velho sindicalismo radical (do conflito direto entre trabalhador e patrão).

Gouveia e Ferraz (2013) também apontam que em alguns casos há uma diferença na carreira dos professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental que alguns municípios apresentam, a qual dificulta a representação sindical.

A esse respeito, Rodriguez e Fernandes (2013) compreendem que o processo de formação sindical docente, a partir da Constituição de 1988, dada a descentralização dos sistemas de ensino, se tornaram heterogêneas, variando de estado para estado. A partir do estudo do sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul, os autores identificaram, a partir da análise da organização sindical nas redes de ensino, estadual e municipal, uma diferenciação no modo de conduzir a luta sindical:

[...] enquanto na rede estadual de ensino as lutas e mobilizações desses trabalhadores ganham contornos sindicais, na rede municipal o tom é outro: permanece uma cultura colaboracionista entre os trabalhadores em educação e o poder municipal, o que remete e reforça o caráter associativista da ACP. (RODRIGUEZ; FERNANDES, 2013, p. 144).

Essa heterogeneidade da organização docente entre as redes de ensino na capital de Mato Grosso do Sul se estende pelo Brasil e nos faz refletir sobre a dificuldade de pensar o movimento sindical dessa categoria no contexto da totalidade social, contudo, não significa que as discussões sobre o tema tenham que ser, necessariamente, particularizadas.

Rosso (2013), por sua vez, contribui para o debate acerca da heterogeneidade da estrutura sindical brasileira, discutindo o crescimento significativo de entidades e problematiza a possível fragmentação de suas forças. Para o autor, a fragmentação sindical é, também, resultado da representação em municípios, uma vez que há inúmeros pequenos sindicatos que englobam todos os servidores públicos municipais.

Nesse sentido, Rosso (2013, p. 44) ajuda a pensar a questão da organização sindical de professores das redes públicas municipais, pois, segundo o autor, as entidades sindicais em pequenos municípios possuem “[...] baixíssima capacidade de organização, representação e intervenção na realidade.” O autor destaca, ainda, que a fragmentação sindical e, com ela, a perda da capacidade organizativa é resultado da insatisfação de muitos filiados que buscam o desdobramento dessa representatividade. O autor afirma que a diversificação sindical na educação, decorrente das esferas administrativas: Público; Privado; Federal; Estadual; Municipal; entre outros).

A respeito do papel das centrais sindicais, o autor compreende que elas cumprem a função de representar os trabalhadores em geral, mas que elas “podem também desempenhar outros papéis menos nobres, entre os quais a ocupação de espaços políticos, o corporativismo

e a simples reprodução tendo por base a contribuição sindical obrigatória.” (ROSSO, 2013, p. 49). Segundo o autor, devido ao acesso aos recursos da contribuição sindical, cresce o número de centrais sindicais e “no nível geral e no nível de base procede o fracionamento dos trabalhadores em organizações cada vez menores. O fracionamento implica em perda de capacidade de luta.” (ROSSO, 2013, p. 50).

Rosso (2013, p. 51) contribui ainda para analisar a relação entre as centrais sindicais e os partidos políticos, e indica o surgimento de centrais de unificação de outras lutas, nesse sentido, “deixa de ser uma associação central de trabalhadores, exclusivamente, para tornar-se uma associação central de movimentos sociais”. O argumenta que a fragmentação do sindicato como “braços sindicais de partidos”, torna-o incapazes de uma organização conjunta e unificada de trabalhadores.

A partir dos autores podemos considerar que, dentre outras, as fragilidades do movimento sindical docente residem: a) nos sindicatos que deixar de defender os interesses de classe para atender aos interesses do patronato ou do governo; b) no sindicalismo que apresenta interesses meramente corporativos; c) na burocratização do sindicato e ao aparelhamento ao Estado; d) nas centrais que se tornam braços sindicais de partidos e governos; e) na falta de consciência de classe dos professores; f) na sub-representação feminina no interior do sindicato; g) na ausência de representação sindical de professores do setor privado; h) quando no setor privado a combatividade se volta somente contra o estado; i) na fragmentação sindical, por modalidade administrativa e esferas governamentais; f) no uso do sindicato como trampolim eleitoral.

### **Considerações finais**

As fragilidades da organização sindical docente emergem das contradições próprias desta instituição. Entre essas contradições, podemos destacar o desvio dos interesses sindicais que, em muitos casos, convertem-se nos interesses empresariais e governamentais em detrimento dos interesses dos professores.

Segundo Bauer e Matos (2010, p. 155), os sindicatos são encarados, muitas vezes, como instituições fracassadas, pois “[...] muitos militantes mudaram de lado e hoje comungam junto com a burguesia dos princípios neoliberais”. Contudo, a categoria da contradição já indica que esse movimento não é determinista e, no conjunto da formação social capitalista, vislumbramos, ontologicamente, o sindicato como uma organização da classe trabalhadora.

A questão do corporativismo também é amplamente discutida entre os pesquisadores do sindicalismo docente. Para Bauer e Matos (2010) os interesses meramente corporativos, não são capazes de mobilizar grandes contingentes da classe trabalhadora. Segundo Rosso (2013, p. 43), o corporativismo sindical “[...] rompe com a unidade organizativa dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral em decorrência do objetivo de preservar vantagens específicas para uma categoria apenas”. Para Souza, Ricarte e Martins (2015, p. 369-370) a principal característica do corporativismo é a sua vinculação com governos e com o imperialismo capitalista, representado por organismos internacionais, como o Banco Mundial.

Nesse sentido, temos refletido, sobretudo, a respeito dos problemas na organização sindical dos docentes municipais, e, no nosso entendimento, esse movimento apresenta muitas fragilidades, principalmente pela sua característica territorial. Para Gouveia e Ferraz (2011) a política de municipalização do financiamento da educação gerou, também, uma municipalização dos sindicatos.

Desse modo, os professores das redes públicas municipais de ensino sofrem maior dificuldade em se organizar sindicalmente (quando se organizam), problemas como: entidades com baixo número de filiados, sobretudo em municípios pequenos (típicos no estado do Paraná); maior proximidade entre sindicato e governos, gerando um problema de pessoalidade ainda maior que em outras entidades; municípios com baixa arrecadação, acarretando em uma naturalização da ausência do financiamento para a educação; entre outras questões que caracterizam e fragilizam o sindicato de professores nos municípios.

Nesse contexto, identificamos a necessidade de problematizar a organização sindical docente nos municípios, observamos, por meio da revisão da produção acadêmica, que há uma lacuna de pesquisas que tratem deste objeto.

## **Referências**

BAUER, C; MATOS, A. R. Marx, Engels e o sindicalismo docente. **Revista Espaço acadêmico**, v. 10, n. 114, p. 154-164, 2010.

GENTILI, P.; SUÁREZ, D.; STUBRIN, F.; GINDIN, J. Reforma educativa y luchas docentes en América Latina. **Educación & Sociedad**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1251-1274, set./dez. 2004.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Política educacional pública e sindicalismo docente na Região Metropolitana de Curitiba (PR). **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 10, p. 12-27, ago./dez. 2011.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013.

MAUÉS, O. O sindicato da Educação Superior e as políticas Educacionais. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 252-262, 2015

MAZZOTTI, A. J. A. A "revisão da bibliográfica" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis - o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. **A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Editora da UFSC, São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-44).

RODRIGUEZ, M. V.; FERNANDES, M. D. E. Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 131-147, abr./jun. 2013.

ROSSO, S. D. Fragmentação Sindical. **Educar em Revista**, Curitiba n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013.

ROSSO, S. D.; CRUZ, H. L., RÊSES, E. da S. Condições de emergência do Sindicalismo Docente. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2, mai/ago, 2011.

SOUZA, M. M. de; RICARTE, T. F.; MARTINS, M. M. A ação do imperialismo na reprodução do corporativismo nos sindicatos dos trabalhadores em educação. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 65, p. 359-376, out. 2015.